

Professores discutem acordo interno de trabalho

Nesta segunda-feira, 18h, na sede da APROPUC, acontece uma assembléia para analisar a proposta da Fundação São Paulo de prorrogação do atual acordo interno dos professores. O texto em vigor foi acordado entre os docentes e a Fundasp depois de negociações ocorridas em 2007, logo após a denúncia do acordo anterior feito pela mantenedora em 2006.

Historicamente os acordos internos dos trabalhadores da PUC-SP constituíram-se em referência para diversas categorias profissionais, tendo pioneirismo em conquistas como as 40 horas semanais e a licença-paternidade. Após a denúncia feita pela Fundasp aconteceu um retrocesso em algumas conquistas, porém vários tópicos ainda são superiores àqueles estabelecidos pelo Sinpro-SP, como o tempo de estabilidade antes da

aposentadoria (o acordo do Sinpro-SP prevê 2 anos e o acordo da APROPUC 3 anos).

A Fundasp está propondo a manutenção do atual texto por mais um ano. A diretoria da APROPUC vê a necessidade de algumas mudanças como a ajuda de custo aos professores que lecionam em Barueri, que não está previsto no atual acordo.

Outro ponto de pauta da assembléia da APROPUC é o Comitê Contra a Crise, proposta aprovada na semana de recepção dos calouros e que foi encaminhada na última reunião dos três setores (veja relato nesta página).

FUNCIONÁRIOS

Os funcionários também têm assembléia nesta semana para discutir o seu acordo interno. A proposta da Fundasp é igual a dos

professores, porém os funcionários têm uma pendência referente ao fim dos quinquênios que está em discus-

são na Justiça. A AFAPUC também pretende colocar em pauta questões como banco de horas e horas extras.

Três setores criam o Comitê Contra a Crise

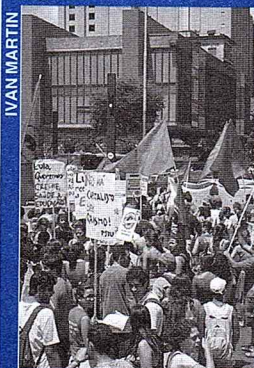
No dia 11/3 aconteceu uma reunião unificada dos três setores para definir os planos de ação para o próximo período na PUC-SP. Todos os setores presentes concordaram que a unidade é muito importante para somar forças na luta por melhores condições de ensino na universidade. A necessidade de atividades organizadas pelos três setores foi bastante discutida no Congresso da PUC-SP, realizado no final de 2008, e na calourada unificada.

No encontro foi decidida a criação de um Comitê Contra a Crise, que tem como objetivo expor as consequências que a crise mundial trará para a educação, principalmente para as universidades particulares. Os principais temas que serão abordados inicialmente pelo Comitê são o abu-

sivo aumento das mensalidades, a dificuldade de negociação enfrentada pelos inadimplentes e o grande corte de bolsas de estudos. As três questões são de fundamental importância para os estudantes da PUC-SP.

O Comitê Contra a Crise já está funcionando e pretende marcar uma audiência pública com o reitor Dirceu de Mello, no encontro serão apresentadas as resoluções definidas no Congresso da PUC-SP, além de cobrar explicações sobre o recente aumento das mensalidades e a exigência da abertura do livro de contas da PUC-SP. O próximo encontro do Comitê acontecerá no dia 18/3, quarta-feira, às 18h, na sede da APROPUC. Todos estudantes, professores e funcionários estão convidados para as reuniões.

MULHERES

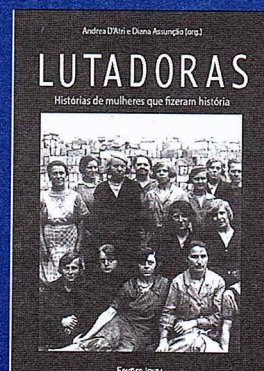


Um dia de luta contra a crise e a exploração

PÁG. 3

Livro debate o papel da mulher na História

PÁG. 4



EDITORIAL

Por que criminalizar o MST?

Em situação de confronto armado com os sem-terra, quatro capangas da Fazenda Consulta, em São Joaquim do Monte, Pernambuco, foram mortos. A regra na luta pela terra tem sido camponeses tombarem, ou pelas armas de milícias mercenárias, de pistoleiros alugados ou de policiais. Poucas são as exceções. No entanto, as quatro mortes desencadearam uma ampla reação política e judicial contra o MST.

Não que tenha sido algo de novo ou de surpreendente. Há tempo que as instituições do Estado, dominadas pelas oligarquias e partidos conexos a elas, saíram à caça do MST e de outras organizações camponesas.

Há muito vigora a criminalização do movimento sem-terra. O problema está em até que ponto o Estado pode e deve reprimi-lo criminalmente. Ocorre que a criminalização é apenas a face exterior da política burguesa de opressão de classe.

Centenas de processos transitam no poder judiciário contra camponeses e lideranças por terem usado o método coletivo da ação direta. Observemos, não por usarem armas, mas por se lançarem à luta coletiva de ocupações e protestos. Aos proprietários está assegurado o direito de terem milícias próprias, contarem com a Justiça e com a força policial. E têm a seu dispor o poder político. Aos camponeses expulsos da terra e desempregados está reservado o direito de passar fome e morrer à míngua. Como se vê, o monopólio da violência está reservado aos proprietários dos meios de produção e exploradores da força de trabalho.

Se os 650 processos abertos desde 1995 contra os sem-terra não tivessem resultados em 95% de ab-

soluções, o Brasil se destacaria por manter presos políticos em massa, por transformar um problema social histórico em caso de polícia e por manter milhares de famílias camponesas nas condições de miséria sem poderem se defender.

É completamente falsa a acusação de uma parte das forças políticas contra outra parte no interior dos poderes do Estado de que o MST age impunemente. As prisões, mortes individuais, assassinatos coletivos, selvagens ataques a acampamentos, despejos policiais, processos judiciais e sobretudo o confinamento das famílias na beira das estradas acompanham diuturnamente o movimento camponês no País.

A campanha burguesa pró-latifundiária e pró-agro-negócio multinacionalizada é a de avançar a criminalização. Pretende-se pôr o MST na ilegalidade, reprimir com mais presteza as ocupações de terra e cortar as verbas governamentais que alimentam as cooperativas. Gilmar Mendes, do STF, que vem se projetando pela ação política a serviço da reação, deu o sinal de que vai iniciar uma nova ofensiva de criminalização do MST. Exigiu do Ministério Público investigação sobre as verbas destinadas à "reforma agrária" e criou um fórum especial para a questão fundiária, de forma que possa atacar mais frontalmente o movimento camponês.

É preciso dizer claramente que as únicas vítimas são os pobres do campo. Enfrentam a miséria e a fome, e por acréscimo têm de suportar a violência dos latifundiários, da polícia e da justiça.

Diretoria da APROPUC

Em defesa da vida de mulheres e meninas

O Grupo Pão e Rosas, da PUC-SP divulgou um texto na universidade repudiando a posição reacionária da Igreja no recente caso da interrupção da gravidez de uma menina de nove anos estuprada pelo pai. Segundo o grupo Pão e Rosas "a Igreja se apressou em meter o bedelho onde não foi chamada e antes mesmo que o aborto fosse realizado disse que faria uma denuncia da família no Ministério Público, apesar do caso se enquadrar duplamente nas situações de aborto permitidas por lei no Brasil, pois ela foi estuprada e corria risco de vida. Mas para o arcebispo de Olinda e do Recife, a violência sofrida pela menina não justificaria o aborto, pois 'A menina engravidou de maneira totalmente injusta, mas devemos salvar vidas'.

Salvar vidas para a Igreja significa que uma meni-

na de 9 anos que é violentada desde os seis anos de idade tenha que parir filhos fruto dessa violência sofrida, correndo o risco de morte. (...)

A Igreja está contra as mulheres com esse falso discurso de salvar vidas. Ao contrário, quer impor seus preceitos sobre nossos corpos e nossas mentes, já que somente nós mulheres podemos compreender o que é carregar um filho fruto de estupro, a difícil decisão de realizar um aborto clandestino e suas possíveis consequências (hemorragias, infecções, mortes), as consequências psicológicas de ser vítima de uma atrocidade.

O documento termina defendendo que o Estado garanta educação sexual para decidir, contraceptivos seguros e gratuitos para não engravidar, e aborto legal na rede pública de saúde para que milhares de mulheres vivam.

SAAESP realiza eleição para nova diretoria

O Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar de São Paulo (SAAESP), realiza nos dias 18, 19 e 20 eleição para a renovação de sua diretoria. A PUC-SP pos-

sui em seus quadros de funcionários vários associados ao SAAESP e, desta forma, uma urna volante irá percorrer o campus Monte Alegre durante os três dias de votação.

PUCViva Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP.

Apropuc: Rua Bartira 407 -
CEP: 05009-000 -
Fone: 3872-2685.

Afapuc: Rua Cardoso de Almeida 990 - Sala CA 02 -
Fone: 3670-8208.

PUCViva: 3670-8004 - **Correio Eletrônico:** pucviva.jornal@uol.com.br - **PUCViva na Internet:** www.apropucsp.org.br

Editor: Valdir Mengardo
Reportagem: Victor Sousa e Otávio Nagoya

Fotografia: Gabriela Moncau
Projeto Gráfico, Edição de Arte e Editoração: Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães

Conselho Editorial: Maria Beatriz Abramides, Ivan Martin e Victoria Claire Weischorst

As matérias assinadas não expressam necessariamente as posições das entidades e da redação.

PUC EM MOVIMENTO

Mulheres fazem manifestação contra a crise

O Dia Internacional de Luta das Mulheres foi marcado por dois atos na Av. Paulista. Pela segunda vez, a Conlutas decidiu puxar um ato paralelo à Marcha Mundial das Mulheres. Este ato se concentrou no MASP e seguiu até a Fiesp, já a Marcha Mundial, se concentrou na Praça Oswaldo Cruz, descendo até o Parque do Ibirapuera. Os dois atos pautaram a questão da crise econômica mundial.

Parte da comunidade puquiã optou por assinar o ato da Conlutas. Daiana Biral, do Centro Acadêmico de Ciências Sociais e estudante de História, comentou a questão da precarização do trabalho da mulher. "O oito de março ocorre em um momento de crise que já teve 650 mil demissões e as mulheres, que ocupam cargos precarizados e têm salários reduzidos, acabam sofrendo mais", comentou. "O Governo acabou de anunciar corte de R\$ 37,5 bi para a saúde e educação, por outro lado empresta R\$300 bi para os bancos. É incompatível defender o emprego no outro ato".

"Existem duas marchas e duas políticas. Daqueles que assinam com a CUT e Intersindical que faz acordos com o governo, que é conivente com os recentes estupros no Pará, e criminalizam o aborto ou daqueles que realizam um ato anti-capitalista para que a crise seja paga pelos ricos", comentou Diana Assunção, que faz parte do grupo Pão e Rosas.



No Dia Internacional de Luta das Mulheres manifestantes tomaram a Av Paulista protestando contra a situação da mulher e a crise econômica (fotos superiores) e a APROPUC marcou a sua presença através de sua diretoria (esquerda)

PRESENÇA DA APROPUC NA MOBILIZAÇÃO

Bia Abramides também comentou a decisão da APROPUC em assinar o ato da Conlutas: "Na realidade defendemos a unidade do ponto de vista histórico, na autonomia da luta dos trabalhadores. As mulheres que vão para a luta são um legado na sociedade e não podíamos compactuar com o governo, que faz alianças com o grande capital, empresta dinheiro aos bancos, é conivente com as demissões em massa e omisso aos casos de estupros no Pará."

Já o Grupo de Mulheres Lésbicas da PUC-SP entende que a Marcha Mundial discute de forma abstrata as questões do homossexualismo.

"Nosso grupo tem um corte específico de gênero, as mulheres lésbicas são reprimidas, têm serviços precarizados e sofrem violência dentro e fora de casa". Para elas todas as organizações deveriam encampar as lutas homossexuais e o próprio movimento homossexual deve se politizar mais.

O Centro Acadêmico de Comunicação Benevides Paixão optou por assinar o ato da Marcha Mundial. Segundo Luana Franca, estudante de Jornalismo, mesmo com setores da base do governo na organização foi possível denunciar atos do governo Lula e ainda dialogar com uma parcela significativa da sociedade. "Levantamos a questão da criminalização das mulheres que abortam, a CPI do aborto, e o fato dos trabalhadores terem que pagar pela crise", comentou.

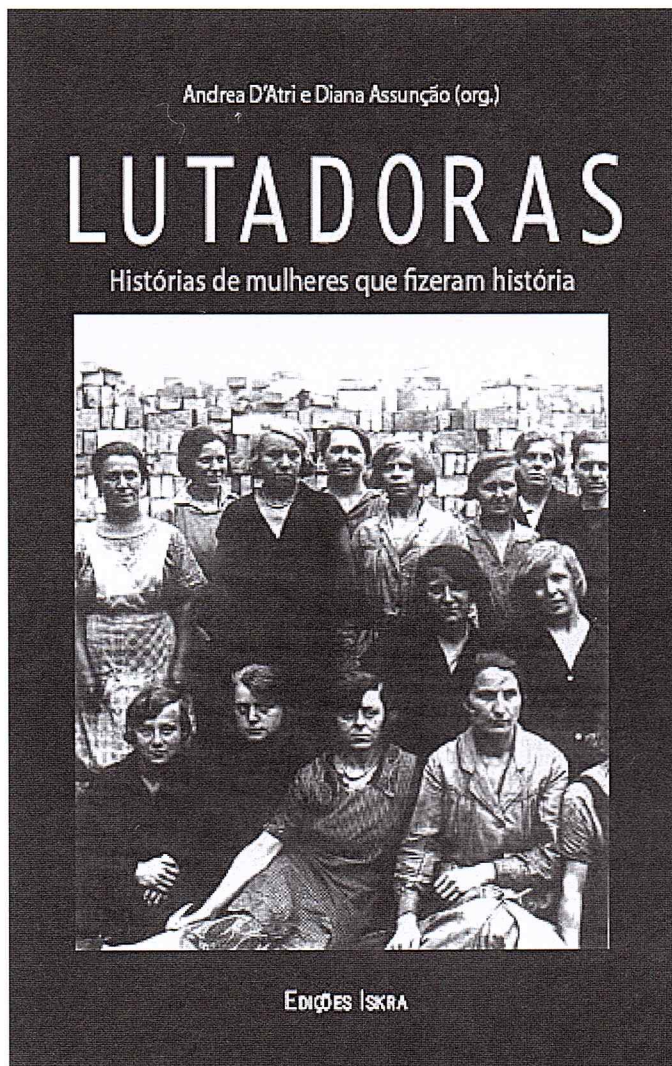
Publicação discute participação histórica das mulheres

Nesta quinta-feira, 19/3, às 19h, na sala P-65, acontece o lançamento do livro *Lutadoras. Histórias de mulheres que fizeram história*. Originalmente publicado em Buenos Aires, na Argentina, no ano de 2006, o livro sai agora no Brasil pelas Edições Iskra, sob a coordenação de Andrea D'Atri, dirigente do PTS Argentino e Diana Assunção, estudante de História da PUC-SP.

A nova edição contará com os artigos originais, que trazem a história de mulheres como Flora Tristán, Louise Michel, Rosa Luxemburgo, entre outras, mas também são incorporados artigos de mulheres brasileiras como Patrícia Galvão, e uma primeira reflexão sobre o papel das mulheres na reorganização operária da década de 1970.

A OMISSÃO DA HISTÓRIA

Segundo as coordenadoras "essa pesquisa não foi tarefa simples. Afinal, o papel das mulheres na história tem sido silenciado durante séculos. Quando apareciam, era em 'casos excepcionais' onde as mulheres adquiriam importância por 'estranhas' aptidões para a ciência ou para a arte, ou ainda porque 'obscuros desígnios divinos' buscaram erguê-las como 'rainhas' ou 'santas'. Isto se modificou drasticamente com a segunda onda feminista na



década de 1970, quando ativistas e acadêmicas começaram a questionar esta ausência e se propuseram a investigar as mulheres na história. Mas se a opressão social das mulheres está na base desta eliminação da participação de metade da humanidade nos processos históricos, isso se deu de forma mais aguda quando se tratou das mulheres lutadoras, rebeldes e revolucionárias."

O livro tenta também resgatar, com nomes e sobrenomes, algumas das protagonistas deste período,

que não foi isento de combates heróicos da classe trabalhadora e dos setores populares na luta por sua emancipação.

O lançamento acontece com um debate sobre a obra que reunirá as coordenadoras da obra, Andréa D'Atri e Diana Assunção, juntamente com a professora Vera Vieira, do departamento de História da PUC-SP e a professora Bia Abramides, professora da faculdade de Serviço Social e diretora da Associação dos Professores da PUC-SP.

Pergunta aberta da APROPUC ao reitor

A Universidade submeteu seus docentes a uma avaliação pedagógica. O que será feito com os resultados desta avaliação e qual será a participação dos docentes na discussão dos resultados?

A formalização e consequente implementação da chamada avaliação pedagógica dos docentes da Universidade depende da últimação do Regimento Geral da Instituição, a cargo de Comissão para tanto designada pelo Consun da PUC-SP.

Segundo cronograma que vem sendo cumprido, a votação final do Regimento Geral deverá ocorrer em sessão extraordinária do CONSUN, marcada para o dia 18 de março próximo. Ao que se tem notícia, a matéria questionada deverá integrar as Disposições Transitórias do Regimento Geral.

Parece-me, nada obstante pendente de aprovação o assunto, que a participação dos docentes, desta ou daquela forma, na discussão dos resultados da avaliação, deverá estar garantida. Como modo, aliás, de prestigiar-se direitos básicos assegurados pelo regime democrático sob o qual vivemos.

Acrescento, outrossim, que as Pró-Reitorias todas, na preparação do Plano de Ação e Gestão da Universidade, estão atentas às questões objeto das perguntas formuladas pelo jornal *PUC-viva*. E finalizo: no encaminhamento da matéria, não podemos esquecer que órgão como o Conselho de Ensino e Pesquisa (CEPE), reestruturado pela implantação das Câmaras de Graduação, Pós-Graduação e Pesquisa e Educação Continuada, terá condições, afora o CONSUN, de contribuir para o aprimoramento da destacada avaliação, que, para ser justa, precisará não ferir direitos fundamentais dos avaliados.

Prof. Dr. Dirceu de Mello
Reitor

FALA COMUNIDADE

O Padre, o Arcebispo e a Justiça

Willis Santiago Guerra Filho

Vamos nos posicionar sobre o caso da reação da Igreja Católica, manifestada através de representantes da mais alta cúpula, como o Arcebispo de Olinda, no sentido de repudiar e, mesmo, excomungar envolvidos em situação de aborto legal, duplamente autorizado por lei, na medida em que a gravidez foi decorrente de estupro e representava risco de morte para a gestante. Além disso, o crime foi qualificado pela circunstância de seu autor ter se valido da convivência familiar com a vítima, sua enteada, e de se tratar de uma criança de apenas nove anos de idade... Para podermos preservar o sacrossanto direito ao contraditório dos referidos representantes da Igreja, informamos que em <http://padredson.blogspot.com/2009/03/caso-da-menina-de-alagoinha-o-lado.html> que pode ser lido o relato do padre diretamente envolvido no caso, por ser de sua paróquia a família atingida.

De nossa parte, entendemos que a posição da Igreja, ao alegar ser crime contra a vida qualquer forma de aborto - ou, mesmo, o homossexualismo, além do uso de preservativos, conforme insistentemente apregoado, por seu líder máximo - é desrespeitosa às leis de nosso País e à sua Constituição, democrática, que garante a liberdade religio-

sa, mas não ao ponto de se fazer uso dessa liberdade para desobedecer e instigar à desobediência da Constituição. Quando a lei penal prevê casos em que se exclui a penalidade para o aborto, e a lei de responsabilidade médica, inclusive, exige que este profissional, diante de um quadro como o que se apresentou no caso em discussão, pratique a intervenção necessária para salvar uma vida, o faz visando a preservação deste bem maior, que é a vida, e em sendo uma vida humana, considera-se ainda que ela é dotada daquilo que o cristianismo mais do que qualquer outra corrente cultural nos legou como patrimônio inalienável, que é o respeito à dignidade humana, consagrado também como fundamento de nosso Estado, no primeiro artigo de nossa Constituição, inciso III.

Ora, mesmo que fosse possível salvar a vida da gestante, como ficaria o seu estado psicológico, ou psicossocial, ao ser mãe tão jovem, e nas circunstâncias em que se deu a maternidade? Mas para nada disso os próceres da Igreja Católica demonstraram sensibilidade, mas tão somente ao que seria a vontade de Deus. Isso na interpretação deles, pois é muito difícil imaginar um Deus cuja vontade seja gerar vidas humanas nas circunstâncias em que foram geradas aquelas, ou melhor, aque-

les embriões, sim. E aqui vale lembrar uma distinção teológica clássica, presente na Suma Teológica, de autoria daquele que talvez seja a maior autoridade do catolicismo, Santo Tomás de Aquino.

Trata-se da distinção entre feto animado, ou dotado de alma, e feto inanimado. Este último, em sendo do sexo feminino, só adquiriria vida depois do octagésimo dia de gestação, ou seja, quase três meses após a fecundação, não sendo, portanto, tido como homicídio o aborto em casos de fetos inanimados, embriões. Seria, sim, de se considerar pecado (segundo a igreja católica) mas um pecado de muito menor gravidade do que pôr em risco ou colaborar para que se concreti-

ze o fim de uma vida humana, o que de fato só ocorreria, no caso que examinamos, se a mãe falecesse, por não se ter feito a intervenção salvadora, ainda que pecadora (não temos como fugir do pecado, segundo o entendimento católico), mas não homicida...

Nota-se, assim que mesmo na Idade Média houve posição mais serena e ponderada a respeito desse tema, do que aquela hoje adotada na Igreja Católica, de um rigor tão extremado que se coloca como uma espécie de fundamentalismo, intolerante e intolerável.

Willis Santiago Guerra Filho é Professor de Filosofia do Direito no Programa de Estudos Pós-graduados em Direito da PUC-SP e diretor da APROPUC

PROFESSOR(A)

FILIE-SE À APROPUC

COMPROMISSO COM A CATEGORIA

**VENHA À SEDE DA APROPUC:
RUA BARTIRA, 407
OU PELO ENDEREÇO ELETRÔNICO
WWW.APROPUCSP.ORG.BR**

FALA COMUNIDADE

Arbitrariedade contra a pesquisa

Em 19 de fevereiro último, um ofício da presidente da Comissão Geral da Pós-Graduação, professora Ana Maria Cintra, comunicou aos Programas de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais e de Educação que, em nome da "racionalização dos espaços" e, em comum acordo com a Pró-Reitoria de Pós-Graduação, os anexos utilizados para atividades de pesquisa deveriam ser desocupados imediatamente.

A decisão, informa o ofício, foi aprovada pelo comitê de compras. Cabe

questionar, desde quando um comitê de compras decide o futuro acadêmico de uma Universidade. Cabe questionar por que uma decisão como essa não foi objeto de reunião específica da Comissão Geral de Pós-Graduação, com o Pró-Reitor de Pós-Graduação e os Coordenadores dos programas envolvidos.

A pós-graduação abriga dezenas de núcleos de pesquisa cadastrados no sistema nacional do CNPq que são o sustentáculo da pesquisa e do ensino na Universidade, responsáveis pe-

las avaliações pela CAPES.

Cabe ressaltar, que os dois Anexos do Programa de Ciências Sociais desalojados constituíam espaço de trabalho de pesquisadores de projetos em andamento (financiados por agências de fomento) que foram abruptamente interrompidos, sofrendo, com isto, prejuízos evidentes. Convém, também, ressaltar que esses espaços são a contrapartida institucional dos termos de compromisso firmados entre a reitoria e as agências.

A crise dos espaços não

se resolve por meio de ofício unilateral como o 033/09. A alegada "racionalização do espaço" deve ser resolvida por meio do diálogo democrático e aberto.

Por isso, reafirmando nosso compromisso com a qualidade acadêmica, com a busca de soluções sempre negociadas, reivindicamos a revisão do caso junto a Reitoria.

Colegiado do Programa de Estudos Pós Graduados em Ciências Sociais em reunião extraordinária realizada em 02/03/2009.

Lançamento da Revista PUCViva já tem datas marcadas

A edição número 33 da Revista PUCViva, com o tema *60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos*, já foi enviada para a gráfica e em breve circulará entre os associados da APROPUC. O lançamento oficial será realizado em dois momentos, pela manhã e à noite, para que toda a comunidade possa participar do evento.

No dia 23/3, às 19h, no auditório 239, com presença já confirmadas de Amanda Guazzelli, Diana Assunção, Thyago Augusto de Carvalho, Kornstantin Gerber, Pedro Henrique Marinho Carneiro, Erson Martins, Leonardo Masud, Bia Abramides e Rosalina Santa Cruz. No dia 26/3, às 8h, no auditório da APROPUC, já confirmaram presença Andréa Almeida Torres, Beatriz Mes-

triner, André Ramos Tavares e Willis Guerra.

Esta edição da revista é especial porque além do tema, que oferece vasta possibilidade de análises, a comissão editorial abriu espaço para o pró-reitor de Pós-Graduação, André Ramos Tavares, que debate o tema na Constituição de 1988. Também há espaço para estudantes, Beatriz Mestriner, do Serviço Social e Diana Assunção, História, argumentarem sobre o direito ao aborto legal.

Os artigos desta edição apresentam uma abordagem completa e inovadora ao tema. São debatidas questões como a dimensão ambiental do direito do trabalho, carcerária, a violência do capital no mundo do trabalho, a epistemologia jurídica dos direitos humanos, o papel do estado democrático brasileiro, entre outros.



MOVIMENTOS SOCIAIS

Trabalhadores reivindicam reestatização da Embraer

No dia 12/3, quinta-feira, cerca de 200 pessoas se encontraram na cidade de São José dos Campos para exigir a readmissão dos 4.200 trabalhadores demitidos pela empresa Embraer.

Os manifestantes lotaram o auditório Mario Covas, localizado na Câmara Municipal da cidade. O ato contou com a participação de trabalhadores da Embraer, de sindicatos, como o dos Metalúrgicos de São José dos Campos, de centrais sindicais, Conlutas e Intersindical, e partidos políticos (PSTU e PSOL). Também estavam presentes entidades do movimento estudantil e o representante do MST, Gilmar Mauro.

Durante o ato foi lan-

çada uma campanha nacional pela reestatização da Embraer. Os manifestantes lembraram da privatização da empresa, negociada por um baixo valor e que proporcionou prejuízos para a sociedade. Também denunciaram que a Embraer, mesmo após sua privatização, recebeu mais de R\$ 19 bilhões em financiamentos pelo BNDES.

O secretário-geral do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, Luiz Carlos Prates, o Mancha, afirmou que "a série de mobilizações feitas pelos trabalhadores da Embraer expressou a revolta dos demitidos e reascendeu o debate sobre a privatização da Embraer. Está mais do que

na hora de tomarmos de volta o que é nosso. A Embraer precisa voltar para o povo brasileiro".

Também marcou presença no ato José Maria de Almeida, da coordenação nacional da Conlutas que ressaltou a importância da iniciativa: "o momento agora é de unir forças para ampliar esta campanha para todo o país e para exigir que o governo Lula implemente esta medida".

Nos próximos dias será realizada uma reunião para definir a formação de um Comitê, que será responsável por levar a discussão da reestatização da Embraer para todas as setores da sociedade em todos os estados do país.

Mulheres da Via Campesina em ação

No dia 9/3, segunda-feira, cerca de 1300 pessoas participaram do ato organizado pelas mulheres da Via Campesina contra o agronegócio.

Os manifestantes ocuparam o porto da empresa Aracruz Celulose, em Barra do Riacho, no Espírito Santo. A Aracruz é bastante conhecida por receber denúncias de desmatamento ambiental.

A ação é parte da jornada realizada pela Via Campesina para promover o "Dia Internacional de Luta da Mulheres".

Segundo representantes

do movimento social, "o objetivo da ação é denunciar a concentração de terras da empresa, que são usadas para plantio de eucalipto para exportação, prejudicando a soberania alimentar; e o repasse de recursos públicos do Estado para essa multinacional, o que tem aumentado ainda mais com crise mundial".

O porto da empresa Aracruz teve sua operação cancelada e permaneceu dessa maneira durante cinco horas. Ainda segundo a empresa cerca de 2 mil toneladas de celulose foram perdidas na ação.

CPT lança nota sobre as declarações de Gilmar Mendes

Após as declarações do presidente do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, sobre os movimentos sociais de luta pela reforma agrária, a Comissão Pastoral da Terra, CPT, lançou uma nota em resposta.

Após a morte de quatro seguranças armados em uma fazenda em Pernambuco, o presidente do STF acusou os movimentos de praticarem ações ilegais e ainda criticou o poder executivo pelos repasses realizados aos movimentos agrários.

O documento de resposta elaborado pela CPT afirma: "o ministro Gilmar Mendes não esconde sua parcialidade e de que lado está. Como grande proprietário de terra no Mato Grosso ele é um representante das elites brasileiras, ciosas dos seus privilégios.

Para ele e para elas os que valem, são os que impulsionam o 'progresso', embora ao preço do desvio de recursos, da grilagem de terras, da destruição do meio-ambiente, e da exploração da mão de obra em condições análogas às de trabalho escravo. Gilmar Mendes escancara aos olhos da Nação a realidade do poder judiciário que, com raras exceções, vem colocando o direito à propriedade da terra como um direito absoluto e relativiza a sua função social."

A nota ainda relembra diversos casos de violência no campo que nunca foram solucionados e não ganharam a mesma repercussão.

MANIFESTAÇÕES EM DIVERSOS ESTADOS

As manifestações relacionadas com o 8 de março ocorreram em diversos estados. Em Brasília, cerca de 800 mulheres ocuparam o prédio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. No Rio Grande do Sul 700 mulheres ocupam a Fazenda Ana Paula, de propriedade da Votorantim Celulose e Papel. E Em São Paulo, cerca de 600 trabalhadoras realizaram a ocupação de uma área da Cosan, no município de Barra Bonita.

ROLA NA RAMPA

Curso debate história da Palestina

Nos dias 23, 24, 25/3 e 2/4, será realizado, sempre às 19h30, no auditório 333 da PUC-SP, o curso *A História da Palestina e os desafios da atualidade*, promovido pela Editora Boitempo, Instituto de Cultura Árabe e pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em História/Núcleo de Estudos de História: Trabalho, ideologia e poder da PUC-SP. No dia 23/3, "Palestina antes da criação do Estado de Israel: cultura, política e os pilares do projeto sionista na terra", Arlene Clemesha, professora de História e Cultura Árabe da FFLCH-USP. No dia 24/3, Mohamed Habib ministrará "A Palestina na segunda metade do século XX e as vicissitudes da geopolítica mundial". E José Arbéx Jr., jornalista e professor da casa, debaterá "A Resistência palestina: o nacionalismo laico e o islamismo nacional". Já no dia 2/4 será realizado o debate sobre "Os caminhos e o

futuro da questão árabe-israelense na conjuntura atual", com Emir Sader (Clacso/USP/Uerj), Abdel Latif (médico palestino refugiado), Arnaldo Carrilho (ex-representante da diplomacia brasileira junto à Autoridade Palestina) e Robert Sean Purdy (USP), com coordenação de Michel Sleiman (USP). Também haverá exibição de filmes, no auditório da Biblioteca Central, sempre às 14h. No dia 23/3 a comunidade puquiara poderá conferir A Porta do Sol, direção Yousry Nasrallah (Bab El Chams, La Porte du Soleil, 130 min, Egito- Palestina-França, 2006). E no dia 25/3, Blues Palestino (Palestina Blues), de Nida Sinnokrot (72 min, Palestina, 2005, documentário).

As inscrições são gratuitas até o dia 20/3 com limite de vagas, pelo telefone 5052-4705 (das 9h às 18h) com Renata ou pelo e-mail cursos@icarabe.org.

Professor do Direito lança dois livros

No dia 17/3, terça-feira, às 19h, o professor de Direito da PUC-SP, Vidal Serrano Nunes Jr. lança os livros *A Cidadania Social na Constituição de 1988* e *Manual de Direitos Difusos* (que conta com artigos de outros professores da casa e organização do próprio Vidal Serrano Nunes Jr.). O evento será realizado na livraria Saraiva do Shopping Ibirapuera (avenida Ibirapuera, 3.103).

Cultura Crítica repercuta em Mato Grosso

A APROPUC recebeu correspondência da Orquestra de Mato Grosso mencionando a revista *Cultura Crítica*, publicação semestral da entidade, que no seu último número abordou as obras de Machado de Assis e Guimarães Rosa. O diretor artístico da orquestra notifica também a conclusão da quarta temporada de concertos da orquestra que percorreu mais de 22 capitais do país.

Abertas inscrições para revista do Andes

A Diretoria do Andes-SN, definiu o tema guarda-chuva para a tradicional seção temática de sua revista *Universidade e Sociedade*, número 44: *A Grade Crise do Capital*, tolerando todos os possíveis desdobramentos que o tema oferece e valorizando aqueles que o relacionem com a

questão da educação. Além do tema crise do capital, a revista ainda abre espaço para temas de debates contemporâneos. Os artigos podem ser enviados até o dia 22/4, no correio eletrônico andesrgsp@uol.com.br. É possível conhecer as normas da revista no endereço www.andes.org.br.

Coordenação da Conlutas marca nova reunião

A Coordenação Nacional da Conlutas irá se reunir nos dias 21 e 22 de março de 2009, no Sindicato dos Eletricitários de São Paulo (Rua Thomas Gonzaga, 50 - Próximo ao Metrô Liberdade). Será debatido a Conjuntura Nacional, para criação de um plano de ação e atividades, reorganização do movimento sindical e popular, e organização interna da Conlutas. A APROPUC participará como observadora no encontro.

Derdic oferece curso de psicanálise

O curso a *Constituição do Eu*, promovido pela Derdic (Divisão de Educação e Reabilitação dos Distúrbios da Comunicação), ministrado pela psicanalista Paulina Rocha, está com inscrições abertas. O curso ocorrerá nos dias 25/4, 9/3, 23/3 e 6/6, das 9h às 13h na Derdic (Rua Dra. Neyde Aparecida Sollitto, nº435, Vila Clementino). Existe desconto para pagamento à visto ou grupos com mais de 5 pessoas.

PARTICIPE DOS CURSOS E OFICINAS DA APROPUC

Kafka - Contos de Fadas para Cabeças Dialéticas

Quartas-feiras das 16h30 às 18h30
Início: 1º de abril

As Origens Teológicas da Modernidade

Aulas quinzenais às quintas-feiras,
das 9h ao meio dia - Início: 02/4

Mensalidade: R\$ 50

Associados da APROPUC e AFAPUC grátis
50% para estudantes e sindicalizados em geral
Maiores informações: 3865-4914 ou 3872-2685